

SUMÁRIO

PARTE GERAL – FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO TRIBUTÁRIO

1 INTRODUÇÃO AO DIREITO TRIBUTÁRIO

- 1.1 Introdução
 - 1.1.1 Sistema jurídico-tributário
- 1.2 Finalidade do Estado
- 1.3 Atividade financeira do Estado
- 1.4 Tributo e tributarista
- 1.5 Noções de direito: relação jurídica e não jurídica
- 1.6 Direito objetivo e direito subjetivo
- 1.7 Direito tributário no quadro geral do direito e suas relações
- 1.8 Direito tributário: delimitação do campo de atuação e o CTN
 - 1.8.1 Código Tributário Nacional
- 1.9 Direito tributário: fundamento constitucional
- 1.10 Federação e Administração Pública Federal
- 1.11 Questionário

2 FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO

- 2.1 Considerações preliminares
 - 2.1.1 Atos normativos: aspectos gerais
 - 2.1.2 Atos normativos objeto de regulamentação
- 2.2 Produção originária de normas
- 2.3 Produção derivada ou decorrente
- 2.4 Fontes do direito tributário
- 2.5 Fontes formais primárias
 - 2.5.1 Constituição Federal: supremacia
 - 2.5.2 Emendas à Constituição
 - 2.5.3 Lei complementar e lei ordinária: a questão da hierarquia
 - 2.5.4 Leis ordinárias
 - 2.5.5 Leis delegadas
 - 2.5.6 Medidas provisórias
 - 2.5.6.1 Medida provisória com força de lei
 - 2.5.6.2 Relevância e urgência
 - 2.5.6.3 Exame prévio
 - 2.5.6.4 O art. 246 da CF
 - 2.5.6.5 Medidas Provisórias editadas anteriormente à EC nº 32
 - 2.5.7 Decretos legislativos
 - 2.5.7.1 O art. 98 do CTN e os tratados internacionais
 - 2.5.8 Resoluções
- 2.6 Fontes formais secundárias
 - 2.6.1 Decretos e regulamentos
 - 2.6.2 Instruções ministeriais
 - 2.6.3 Circulares, ordens de serviço e outros da mesma natureza
 - 2.6.4 Normas complementares – art. 100 do CTN
- 2.7 Legalidade e ilegalidade
- 2.8 Inconstitucionalidade formal e material
- 2.9 Questionário

3 TRIBUTO E SUA CLASSIFICAÇÃO

- 3.1 Tributo – definição
- 3.2 Efeitos decorrentes da EC nº 8/77
- 3.3 Tributo vinculado e não vinculado
- 3.4 Tributo – classificação dada pelo STF
- 3.5 Tributo – nossa classificação
- 3.6 CTN, art. 4º – destinação da receita
- 3.7 Impostos – classificação
 - 3.7.1 Imposto pessoal
 - 3.7.2 Imposto real
 - 3.7.3 Imposto direto
 - 3.7.4 Imposto indireto
 - 3.7.5 Imposto proporcional
 - 3.7.6 Imposto progressivo e regressivo
 - 3.7.7 Imposto fixo
 - 3.7.8 Imposto monofásico
 - 3.7.9 Imposto plurifásico
 - 3.7.10 Imposto cumulativo ou em cascata
 - 3.7.11 Imposto não cumulativo
 - 3.7.12 Imposto nominado (expresso na CF)
 - 3.7.13 Imposto inominado (residual)
 - 3.7.14 Imposto regulatório (extrafiscal)
 - 3.7.15 Imposto seletivo
 - 3.7.16 Imposto adicional
- 3.8 Taxas
 - 3.8.1 Exercício do poder de polícia
 - 3.8.2 Utilização efetiva de serviços públicos
 - 3.8.3 Utilização potencial de serviços públicos
 - 3.8.4 Taxa e preço público: distinção
 - 3.8.5 Pedágio: natureza jurídica
- 3.9 Contribuição de melhoria
- 3.10 Contribuições sociais gerais
 - 3.10.1 Contribuições sociais destinadas à Seguridade Social – Regime tributário
 - 3.10.1.1 Capacidade para arrecadar da SRF e do INSS
 - 3.10.2 Contribuição de intervenção no domínio econômico
 - 3.10.3 Contribuições corporativas
 - 3.10.4 Serviço social sindical
 - 3.10.5 Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública
- 3.11 Parafiscalidade
- 3.12 Empréstimos compulsórios
- 3.13 Jurisprudência
- 3.14 Questionário

4 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS

- 4.1 Poder, competência e capacidade
- 4.2 Princípio da legalidade tributária
 - 4.2.1 Tipo tributário fechado
 - 4.2.2 Emenda Constitucional pode instituir tributo
 - 4.2.3 O Decreto e a delegação legislativa

- 4.2.3.1 Delegação e obrigação acessória
 - 4.3 Princípio da igualdade tributária
 - 4.3.1 A doutrina
 - 4.3.2 A jurisprudência do STF
 - 4.4 Princípio da capacidade econômica
 - 4.5 Princípio da capacidade contributiva
 - 4.5.1 Princípio da capacidade contributiva na Itália
 - 4.6 Princípio da solidariedade social
 - 4.7 Princípio da irretroatividade da lei
 - 4.8 Princípio da anterioridade anual e nonagesimal da lei
 - 4.8.1 Anterioridade e Medida Provisória
 - 4.8.2 O artigo 246 da CF
 - 4.9 Princípio (técnica) da não cumulatividade
 - 4.10 Princípio da razoabilidade e da proporcionalidade
 - 4.11 Confisco
 - 4.11.1 Jurisprudência
 - 4.12 Princípio da anualidade
 - 4.13 Questionário
- 5 INCIDÊNCIA, NÃO INCIDÊNCIA, IMUNIDADE, ISENÇÃO E ALÍQUOTA ZERO
- 5.1 Introdução
 - 5.2 Incidência, não incidência, imunidade e isenção – conceitos
 - 5.3 Imunidade, incidência e não incidência – exemplos
 - 5.4 Isenção e não incidência – exemplos
 - 5.5 Isenção e alíquota zero – distinção
 - 5.5.1 Isenção e redução de alíquota – distinção
 - 5.6 Imunidade e isenção – espécies
 - 5.7 Imunidade – art. 150, VI, “c”
 - 5.7.1 Imunidade de jurisdição – Estado estrangeiro
 - 5.7.2 Ministro de confissão religiosa
 - 5.8 Questionário
- 6 OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA: HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E FATO GERADOR
- 6.1 Obrigação tributária
 - 6.1.1 Considerações preliminares
 - 6.1.2 Definição
 - 6.2 Hipótese de incidência
 - 6.2.1 Conceito
 - 6.2.2 Aspectos
 - 6.2.3 Base de cálculo
 - 6.3 Fato gerador
 - 6.3.1 Conceito
 - 6.3.2 Fato gerador no CTN
 - 6.4 Ocorrência do fato gerador. Vendas inadimplidas e vendas canceladas – distinção. Regime de competência e regime de caixa
 - 6.5 Questionário
- 7 VIGÊNCIA, EFICÁCIA, APLICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
- 7.1 Introdução
 - 7.2 Vigência, eficácia e aplicação da legislação tributária

7.3 Interpretação e integração da legislação tributária

7.3.1 Generalidades

7.3.2 Métodos de interpretação

7.3.3 Antinomias: critérios para solução

7.3.4 Regras de interpretação no CTN

7.4 Questionário

8 RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

8.1 Noções introdutórias

8.2 Responsabilidade tributária em sentido estrito

8.2.1 Responsabilidade tributária por substituição

8.2.2 Responsabilidade tributária por sucessão

8.2.3 Responsabilidade tributária solidária

8.3 Responsabilidade por infrações

8.3.1 Retroatividade benigna em penalidades

8.3.2 Denúncia espontânea e confissão de débito – CTN, art. 138

8.4 Multa, juros e correção monetária: conceito

8.4.1 Multa fiscal e multa administrativa: distinção

8.5 Responsabilidade tributária no fato gerador futuro

8.6 Questionário

9 CRÉDITO TRIBUTÁRIO

9.1 Introdução

9.2 Constituição do crédito tributário

9.2.1 Lançamento: conceito

9.2.2 Lançamento: espécies

9.3 Suspensão da exigibilidade do crédito tributário

9.4 Extinção do crédito tributário

9.4.1 Pagamento e dação em pagamento

9.4.2 Compensação

9.4.3 Transação

9.4.4 Remissão

9.4.5 Conversão do depósito em renda

9.4.6 Pagamento antecipado e homologação de lançamento

9.4.7 Consignação em pagamento

9.4.8 Decisão administrativa definitiva

9.4.9 Decisão judicial transitada em julgado

9.4.10 Decadência e prescrição

9.4.10.1 Prescrição intercorrente

9.5 Exclusão do crédito tributário

9.6 Pagamento indevido: restituição

9.6.1 Convolação da restituição em compensação

9.7 Garantias e privilégios do crédito tributário

9.8 Quadro de visualização geral do crédito tributário no CTN/66

9.9 Administração tributária

9.9.1 Fiscalização

9.9.2 Dívida ativa

9.9.3 Certidões negativas

9.10 Prazos: contagem

9.11 Questionário

PARTE ESPECIAL – OS IMPOSTOS NO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

- 10 (II) IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS ESTRANGEIROS
 - 10.1 Competência tributária e princípio da anterioridade
 - 10.2 Fato gerador, base de cálculo e contribuintes no CTN
 - 10.3 Fato gerador, base de cálculo, alíquota, contribuinte e taxa de câmbio na lei ordinária
 - 10.4 Território aduaneiro
 - 10.5 Zona Franca de Manaus
 - 10.5.1 Incentivos fiscais – Decreto-lei nº 288/67
 - 10.5.2 O STF e a ADI nº 2.348
 - 10.6 Sistema harmonizado, classificação de mercadorias e valoração aduaneira
 - 10.7 Planilha de custos de importação – exemplo
 - 10.8 Mercosul
 - 10.8.1 Criação, tributação e generalidades
 - 10.8.2 Certificado de origem
 - 10.8.3 Código Aduaneiro
 - 10.8.4 Ex-tarifário
 - 10.9 Questionário

- 11 (IE) IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO, PARA O EXTERIOR, DE PRODUTOS NACIONAIS OU NACIONALIZADOS
 - 11.1 Disposição Constitucional
 - 11.2 Aspectos do fato gerador
 - 11.3 Princípio da anterioridade
 - 11.4 Normas administrativas que regulam as exportações
 - 11.4.1 Exportações diretas e indiretas
 - 11.4.2 Informações úteis às exportações
 - 11.5 Questionário

- 12 (IR) IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA
 - 12.1 Introdução
 - 12.2 O Imposto de Renda na Constituição do Brasil de 1988
 - 12.3 Princípios e técnicas na CF/1988
 - 12.3.1 Generalidade, universalidade e progressividade
 - 12.3.2 Princípio da legalidade
 - 12.3.3 Princípio da igualdade
 - 12.3.4 Princípio da irretroatividade
 - 12.3.5 Princípio da anterioridade
 - 12.3.6 Princípio da capacidade econômica ou contributiva
 - 12.4 Imposto de Renda no Código Tributário Nacional
 - 12.5 IR sobre atividades ilícitas
 - 12.6 IRPF: Declaração com bens atualizados a valor de mercado – Lei nº 8.383/91 – RE 209.843
 - 12.7 O Que o STF decidiu no RE 172.058
 - 12.8 Indenização, dano moral e desapropriação
 - 12.9 Integração da tributação da pessoa jurídica e da pessoa física
 - 12.10 IRPJ: Regime de caixa e regime de competência
 - 12.11 IRPJ: Depósito judicial – momento em que é dedutível
 - 12.12 Correção monetária: alguns aspectos
 - 12.13 IRPJ: perguntas e respostas 2011 da Secretaria da Receita Federal –

algumas notas

12.14 Jurisprudência

12.15 Conclusão

12.16 Questionário

13 (IPI) IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS

13.1 Histórico do IPI

13.2 Estrutura do IPI na Constituição de 1988

13.3 Produtos industrializados – conceito

13.4 Base de cálculo e alíquota

13.5 Produto NT

13.6 Seletividade e essencialidade do produto

13.7 Não cumulatividade do IPI

13.8 Fato gerador, base de cálculo e contribuintes

13.9 Aspectos do regulamento do IPI

13.9.1 MP, PI, ME – conceito

13.9.1.1 Material de embalagem

13.9.2 Insumos – conceito

13.9.3 Crédito – insumos consumidos na industrialização

13.9.4 Crédito – energia elétrica

13.9.5 Crédito – produtos imunes ou com não incidência

13.9.6 GATT

13.10 A tabela do IPI

13.11 Natureza fiscal e extrafiscal

13.12 Ex-tarifário

13.13 A delegação no art. 153, § 1º, da CF/88

13.14 IAA – recepção e delegação

13.15 Questionário

14 (IOF) IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO OU RELATIVAS A TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS

14.1 Disposição Constitucional

14.2 Aspectos do fato gerador

14.3 Anterioridade

14.4 Lei ordinária

14.4.1 IOF sobre *factoring*

14.4.2 Forma nominativa dos títulos

14.4.3 Jurisprudência

14.5 Questionário

15 (ITR) IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL

15.1 Disposição Constitucional

15.2 Aspectos do fato gerador

15.3 Aspectos da legislação infraconstitucional

15.3.1 Imóvel rural e urbano: distinção

15.3.2 Valor fundiário

15.3.3 Módulos

15.3.4 Lei nº 9.393/96: alguns aspectos

15.4 Delegação aos municípios

15.5 Questionário

- 16 (ITBI) IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO *CAUSA MORTIS* E DOAÇÃO DE QUAISQUER BENS OU DIREITOS
 - 16.1 Disposição Constitucional
 - 16.2 Aspectos do fato gerador
 - 16.3 Disposição do CTN
 - 16.4 O artigo 116, II, do CTN
 - 16.5 Constituição do Estado de São Paulo de 1989
 - 16.6 Jurisprudência
 - 16.7 Questionário

- 17 (ICMS) IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO
 - 17.1 Introdução
 - 17.2 Regra-matriz constitucional
 - 17.2.1 Operações relativas à circulação de mercadorias
 - 17.2.2 Serviços de transporte interestadual e intermunicipal
 - 17.2.3 Serviços de comunicação
 - 17.2.4 Importação – sujeito ativo
 - 17.3 Aspectos que caracterizam o fato gerador do ICMS
 - 17.4 Incidência do ICMS na LC nº 87/96
 - 17.5 Não cumulatividade e seletividade
 - 17.5.1 Substituição tributária
 - 17.5.2 Créditos do ICMS
 - 17.6 Isonomia ou não incidência: vedação de crédito
 - 17.7 Base de cálculo
 - 17.7.1 IPI na base de cálculo do ICMS
 - 17.7.2 ICMS “por dentro”
 - 17.7.3 Descontos incondicionais, juros e frete
 - 17.8 Simples Nacional
 - 17.9 Alíquotas
 - 17.10 Não incidência
 - 17.11 Autonomia dos estabelecimentos
 - 17.12 Valor agregado e a teoria constitucional abrangente – a redução da base de cálculo
 - 17.13 Guerra fiscal
 - 17.14 ICMS e as construtoras
 - 17.15 Questionário

- 18 (IPTU) IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA
 - 18.1 Disposição Constitucional
 - 18.2 Aspectos do fato gerador
 - 18.3 Base de cálculo
 - 18.3.1 Planta de valores genéricos e planta de valores concretos
 - 18.4 Zona urbana
 - 18.5 Jurisprudência
 - 18.6 Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257/2001
 - 18.7 Processo administrativo fiscal – Município de São Paulo
 - 18.8 Questionário

- 19 (ITIV) IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO *INTER VIVOS*, A QUALQUER TÍTULO,

POR ATO ONEROSO, DE BENS IMÓVEIS, POR NATUREZA OU ACESSÃO FÍSICA, E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS, EXCETO OS DE GARANTIA, BEM COMO CESSÃO DE DIREITOS A SUA AQUISIÇÃO

19.1 A regra-matriz na CF/1988

19.1.1 Transmissão *inter vivos*, a qualquer título

19.1.2 Por ato oneroso

19.1.3 De bens imóveis, por natureza ou acessão física

19.1.4 E de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia

19.1.5 Bem como cessão de direito a sua aquisição

19.2 O Código Tributário Nacional

19.3 Os aspectos da hipótese de incidência e do fato gerador

19.3.1 Sujeitos ativo e passivo

19.3.2 Aspecto espacial

19.3.3 Aspecto temporal

19.3.4 Aspecto material

19.3.5 Aspecto quantitativo: base de cálculo e alíquota

19.4 Progressividade

19.5 Imunidade

19.6 Jurisprudência

19.7 Súmulas do STF

19.8 Questionário

20 (ISS) IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

20.1 Disposição Constitucional

20.2 Conceitos de produtos industrializados, mercadorias e serviços

20.2.1 Produto industrializado

20.2.2 Mercadoria

20.2.3 Serviço

20.2.3.1 Serviço para terceiros e não para si próprio

20.2.4 *Hardware* e *software*

20.2.5 Arrendamento mercantil – serviço e locação: alteração na conceituação ofertada pelo STF

20.3 Serviços de composição gráfica – competência do ISS ou do ICMS

20.4 Aspectos do fato gerador

20.5 Taxatividade da lista de serviços

20.6 Lista de serviços – Lei complementar

20.7 Questionário

21 (IPVA) IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

21.1 Disposição Constitucional

21.2 Regras a observar

21.3 Jurisprudência

21.4 Questionário